



PROJETO DE LEI N. ____/2021

Altera o Anexo I da Lei nº 9.278 - Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas de Vitória, instituindo o Dia Municipal de Enfrentamento à Violência Política contra as Mulheres.

Art. 1º. Fica instituído o dia 14 de março como o "Dia Municipal de Enfrentamento à Violência Política contra as Mulheres", acrescentando-o no Anexo I da Lei nº 9.278, de 06 de junho de 2018, com a seguinte redação:

MARÇO	
14	Dia Municipal de Enfrentamento à Violência Política contra as Mulheres.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Casa de Leis Attílio Vivacqua, 12 de março de 2021.

CAMILA VALADÃO

Vereadora (PSOL)

GABINETE DA VEREADORA CAMILA VALADÃO







JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa incluir no Calendário Oficial do Município de Vitória (Lei n° 9.278, de 06 de junho de 2018) o Dia Municipal de Enfrentamento à Violência Política contra as Mulheres, no dia 14 de março, em referência ao brutal assassinato da Vereadora do PSOL/RJ Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes em 2018.

Quanto ao tema, vale dizer que violência política compreende atos físicos, ameaças ou de intimidação psicológica e/ou discriminatória praticados com o objetivo de atentar contra a vida, agredir, ameaçar, ofender ou limitar ilegitimamente, o pleno desenvolvimento e a participação política de representantes eleitas/os, candidatas/os, pré-candidatas/os e dirigentes partidárias/os, bem como de desestabilizar e afetar o funcionamento legítimo e regular de instituições e serviços públicos, comprometendo valores fundamentais de funcionamento democrático da sociedade política.

Nesse sentido, a violência tem sido usada para atingir objetivos específicos, tendo como alvos grupos historicamente excluídos da política, com o objetivo de causar intimidação, censura e, consequentemente, a interrupção da participação política ativa desses agentes.

Tais conceituações foram elaboradas no âmbito da pesquisa "Violência Política e Eleitoral no Brasil - Panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020", produzida pelas ONGs Justiça Global e Terra de Direitos, que concluíram que a exclusão violenta de determinados corpos e perspectivas do ambiente político reforça estereótipos prejudiciais e processos de estigmatização que silenciam e inviabilizam a

GABINETE DA VEREADORA CAMILA VALADÃO





CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES

participação e o exercício de direitos políticos por parte de grupos historicamente discriminados, gerando um elevado custo democrático.

A pesquisa mapeou um crescente aumento dos atos violentos ao longo dos anos no âmbito político. Nesse cenário, ressalta-se os casos de vitimização das mulheres, que sub-representadas na política, são vítimas preferenciais de ofensas, enfrentando formas específicas de agressões. Segundo o levantamento, enquanto nas casas legislativas municipais, estaduais e federal a proporção média de mulheres representantes é de aproximadamente 13% (treze por cento), elas sofreram 31% (trinta e um por cento) dos casos de ameaça.

Verificou-se que a baixa representação de mulheres na política e a estigmatização do seu papel levam a uma dinâmica de não reconhecimento das mulheres como iguais, o que faz com que sua dignidade seja o principal alvo de ataque, assim, embora haja uma menor ocorrência de assassinatos e atentados, as mulheres na política são submetidas a um cenário cotidiano de ameaças, (micro e macro) agressões, humilhações e ofensas.

Segundo o estudo "A Violência Política Contra Mulheres Negras: Eleições 2020" realizado pelo Instituto Marielle Franco, uma vez finalizado o primeiro turno do pleito de 2020, com a confirmação da de que centenas de mulheres negras haviam sido eleitas em todo o Brasil, uma série de ataques racistas e machistas começaram a ser publicizados pelas redes sociais, a exemplo do caso da vereadora Ana Lúcia Martins, primeira vereadora negra do Município de Joinville/SC, que recebeu ameaças de morte na semana seguinte a sua eleição. Também a recém eleita vereadora Benny Briolly

GABINETE DA VEREADORA CAMILA VALADÃO







(PSOL/Niterói), mulher negra trans, sofreu ameaças de morte e ataques em suas redes sociais após suas eleições.

Destaca-se também a situação da Deputada Federal Talíria Petrone (PSOL/RJ), cujas violência política e ameaças que vem sofrendo foram protocoladas em instâncias nacionais e internacionais, a fim de ter sua segurança garantida, bem como o ocorrido com a Deputada Estadual Isa Penna (PSOL/SP), que foi vítima de importunação sexual em sessão transmitida da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, ao ter seus seios apalpados por um colega de plenário.

Nada obstante, certamente o caso mais emblemático de violência política contra a mulher da história recente da nossa democracia foi o assassinato da Vereadora eleita no Rio de Janeiro, Marielle Franco no dia 14 de março de 2018.

Eleita em 2016, como a quinta vereadora mais votada da cidade do Rio de Janeiro, Marielle virou símbolo da ocupação da política por parte de mulheres negras, populações periféricas, faveladas e LGBTQIA+. Três anos após o seu assassinato e do seu motorista Anderson Gomes, a Polícia Civil do Rio de Janeiro prendeu dois suspeitos de terem atirado contra as vítimas, os ex-policiais militares Ronnie Lessa e Élcio Queiroz. Contudo, ainda pairam perguntas sobre a morte da vereadora, como: quem mandou matar Marielle Franco? E quais as suas motivações?

O assassinato de Marielle fez com que tivesse um aumento histórico de candidaturas mulheres negras, que foram consideradas sementes de Marielle. Contudo, apesar do processo histórico, a mesma violência política que nos tirou Marielle, ainda sem resposta pelas autoridades, continua afligindo mulheres negras que colocam seu corpo à disposição para a política institucional.

GABINETE DA VEREADORA CAMILA VALADÃO







Assim, para fomentar o debate sobre violência política contra mulheres, fundamentais para construção de estratégias de enfrentamento deste fenômeno, é que o dia 14 de março merece ser cunhado como Dia Municipal de Enfrentamento à Violência Política contra Mulheres no Calendário Oficial do Município de Vitória.

Por todo o exposto, submete-se a presente proposição à apreciação dos pares, dos quais se espera o apoio fundamental para a sua aprovação.

Casa de Leis Attílio Vivacqua, 12 de março de 2021.

CAMILA VALADÃO
Vereadora (PSOL)

GABINETE DA VEREADORA CAMILA VALADÃO

